

## Congresso aprova onda de reajustes para a Esplanada

# Reajustes em série para servidores

Aumento para ministros do STF será de 18%. Outras categorias do funcionalismo também são contempladas pelo Parlamento

» RAPHAEL FELICE  
» TAÍSA MEDEIROS

O Senado enviou à promulgação, ontem, um pacote de reajustes salariais para presidente da República, vice, ministros de Estado, parlamentares e magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF). Os aumentos, feitos por meio de vários projetos de lei, variam de R\$ 12,6 mil até R\$ 15,4 mil e ocorrerão de forma escalonada entre 2023 e 2025.

Os textos foram aprovados na terça-feira, na Câmara dos Deputados e apreciados ontem pelos senadores. Já a proposta legislativa que promoveu elevação dos vencimentos dos ministros da Suprema Corte foi avulzada nesta quarta-feira pelas Casas.

O reajuste salarial dos ministros do STF em 18% foi o ponto principal para correção tão robusta. Isso porque os vencimentos dos integrantes da Corte são usados como teto para o pagamento de remunerações no serviço público federal.

Com isso, a partir de 1º de fevereiro de 2025, o pacote vai igualar os salários da elite dos Três Poderes em R\$ 46,3 mil. O salário dos ministros do STF passará de R\$ 39,2 mil para R\$ 41,6 mil em 2023 e aumentará para R\$ 44 mil em 2024, até chegar ao montante final de R\$ 46,3 mil em 2025.

O projeto de lei voltado à Presidência da República prevê o reajuste em quatro etapas. A primeira será em 1º de janeiro de 2023, e a última, em 1º de fevereiro de 2025. Hoje, o presidente Jair Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão e os ministros de Estado ganham R\$ 30,9 mil. Ao tomarem posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, e o vice, Geraldo Alckmin, além dos novos ministros, vão ganhar R\$ 39.293,32.

A partir de 1º de abril de 2023, os rendimentos vão ser elevados a R\$ 41,6 mil, passando para R\$ 44 mil em 1º de fevereiro de 2024 e finalmente para os R\$ 46,3 mil, em 1º de fevereiro de 2025. Assim, em três anos, o aumento totalizará 37%.

Netson Jr./SCO/STF



A remuneração dos magistrados do Supremo passará de R\$ 39.293,32 para R\$ 46.366,19, com altas progressivas até 2024

### » Protesto de bolsonaristas

No plenário da Câmara, a votação dos reajustes do STF foi simbólica, de modo que cada parlamentar não precisou declarar o voto nominalmente. No Senado, passou por 51 votos a 18. Parlamentares da base do presidente Jair Bolsonaro (PL) se manifestaram contra. Para eles, aprovar o reajuste aos ministros seria "premiar" magistrados apesar das decisões judiciais que os prejudicam. A atual oposição e o Centrão garantiram a aprovação da matéria. "Quem está falando aqui é uma deputada que, sem ter cometido crimes, já está em três inquéritos do STF, como o das fake news", disse Bia Kicis (PL-DF). "Estamos premiando ministros que estão perseguindo uma ala da sociedade brasileira em inquéritos inconstitucionais."

Já os reajustes concedidos aos parlamentares foi feito por meio de projeto de decreto legislativo (PDL) assinado pelo presidente das duas Casas. O texto já vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro. Atualmente, deputados e senadores recebem R\$ 33,7 mil. A partir de 1º de

abril de 2023, os salários passam a R\$ 41,6 mil; a R\$ 44 mil, em 1º de fevereiro de 2024; e a R\$ 46,3 mil em 1º de fevereiro de 2025.

Todos os projetos foram aprovados enquanto deputados e senadores articulavam a votação da PEC da Transição. Os

parlamentares aproveitaram as sessões que tomaram a maior parte dos dois últimos dias avançar no pacote em causa própria. Os servidores da Câmara e do Senado também foram contemplados. Eles vão receber aumento de 6% a partir de 1º de fevereiro de 2023; 6% a partir de 1º de fevereiro de 2024; e 6,13% a partir de 1º de fevereiro de 2025, num total de 19,25%.

### Servidores

O Congresso também aprovou reajustes, de 18%, para servidores da Defensoria Pública da União (DPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). O impacto orçamentário previsto pelo TCU com o reajuste salarial de seus servidores é de R\$ 88,1 milhões em

2023, R\$ 179,8 milhões em 2024, R\$ 275,1 milhões em 2025, e 374,2 milhões no exercício de 2026.

Já a DPU considera que o impacto orçamentário previsto será de R\$ 16,3 milhões em 2023, R\$ 25,5 milhões em 2024 e R\$ 26,5 milhões a partir do ano seguinte.

O Parlamento também deve votar um acréscimo salarial para os demais servidores do Judiciário. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), somados, os reajustes para ministros, juízes e servidores terão impacto de R\$ 1,8 bilhão em 2023, de R\$ 5,5 bilhões em 2024, e de R\$ 6,3 bilhões em 2025. Ainda há propostas para aumento nos rendimentos dos ministros do TCU e para o procurador-geral da República.

### Aumentos robustos

Veja como será o escalonamento dos reajustes

» **Supremo Tribunal Federal**  
Salário atual: R\$ 39,2 mil  
1º/4/2023: R\$ 41,6 mil  
1º/2/2024: R\$ 44 mil  
1º/2/2025: R\$ 46,3 mil

» **Presidente, vice e ministros de Estado**  
Salário atual: R\$ 30,9 mil  
1º/1/2023: R\$ 39,2 mil  
1º/4/2024: R\$ 41,6 mil  
1º/2/2025: R\$ 44 mil  
1º/2/2026: R\$ 46,3 mil

» **Congresso**  
Salário atual: R\$ 33,7 mil  
1º/4/2023: R\$ 41,6 mil  
1º/2/2024: R\$ 44 mil  
1º/2/2025: R\$ 46,3 mil

**CUSTOS**  
» **Câmara dos Deputados**  
2023: R\$ 86 milhões  
2024: R\$ 18,8 milhões  
2025: R\$ 19,1 milhões  
2026: R\$ 20,2 milhões

» **Senado**  
2023: R\$ 14,3 milhões  
2024: R\$ 3 milhões  
2025: R\$ 2,5 milhões  
2026: R\$ 3,5 milhões

» **Executivo**  
2023: R\$ 7,1 milhões  
2024: R\$ 1,2 milhão  
2025: R\$ 1,2 milhão  
2026: R\$ 1,3 milhão

» **Judiciário**  
2023: 981,3 mil — apenas STF  
2023: aumento para todos os integrantes do Judiciário da União: R\$ 295 milhões no próximo ano.

Obs: Segundo dados da Instituição Fiscal Independente, como o reajuste do STF provoca efeito cascata, o impacto em 2023 pode chegar a R\$ 1,8 bilhão. Salários de integrantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acompanham proporcionalmente os do Supremo, assim como os vencimentos dos desembargadores estão relacionados aos dos magistrados do STJ.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 3